

SUMÁRIO

Apresentação	xvii
Prefácio	xix
Capítulo 1 - Aspectos Gerais do Processo Tributário	1
1. Introdução	1
2. Processo e Procedimento	1
3. Princípios Aplicáveis ao Processo.....	3
3.1. Princípios Constitucionais	4
3.1.1. Princípios relacionados ao direito material tributário	4
3.1.2 Princípios relacionados às garantias fundamentais	5
3.1.3. Princípios relacionados à Administração Pública.....	6
3.1.4. Princípios relacionados ao Processo	6
3.2. Princípios Infraconstitucionais relacionados ao Processo.....	7
3.3. Princípios Específicos do Processo Administrativo Fiscal	7
3.4. Possibilidade de a Fazenda Pública ingressar em Juízo para discutir decisão administrativa irreformável	11
3.5. A revisibilidade do lançamento e seus limites	13
3.5.1. Limites temporais.....	13
3.5.2. Limites objetivos	13
I. Princípio da inalterabilidade	14
II. Princípio da irrevisibilidade	16
III - Princípio da irretroatividade	19
Capítulo 2 - Processo Administrativo Fiscal.....	21
1. Classificação dos processos administrativos	21
2. Natureza Jurídica do Processo Administrativo Fiscal.....	22
3. Processo Administrativo Fiscal (PAF).....	23
3.1. Competência para Regulamentação de normas sobre o PAF	23
3.2. Disciplina Normativa	25
3.3. Modalidades do Processo Administrativo Fiscal.....	25
3.3.1. Processo tributário-administrativo não contencioso	25
3.3.2. Processo Tributário Administrativo Contencioso	42
4. O Processo Administrativo Federal.....	44
4.1. Unificação das Receitas e Lei 11.457/07.....	44

4.2. Fases do Processo Administrativo Fiscal Contencioso no âmbito Federal	44
a) Auto de Infração	44
b) Impugnação	46
c) Julgamento em 1ª Instância.....	47
d) Recurso Voluntário ou de ofício.....	47
4.2.1. Modelo de Impugnação.....	48
4.2.2. Modelo de Recurso Voluntário (Área Federal).....	49
4.2.3. Modelo de Recurso Especial.....	50
4.2.4. Inconstitucionalidade do Depósito Recursal e do Arrolamento Administrativo	51
e) Julgamento em 2ª Instância	54
4.3. Outros aspectos do Decreto nº 70.235/72	56
4.4. A suspensão da fluência dos juros	76
5. O Processo administrativo Estadual	78
6. O Processo administrativo Municipal	80
7. Arrolamento Administrativo de Bens e Direitos	81
8. Arrolamento Sumário.....	83
9. Principais Julgados do STF e STJ sobre o Capítulo.....	88
Capítulo 3 - Processo Judicial Tributário	99
1. Breves Considerações	99
2. As medidas de urgência em matéria tributária.....	99
2.1. Efeitos da sua concessão	100
2.2. Concessão de medida liminar em mandado de segurança	106
2.3. Efeitos da cassação da liminar.....	108
2.4. Concessão de tutela antecipada em outras ações judiciais	109
2.5. Antecipação de Tutela contra o Poder Público.....	110
2.6. A exigência de caução ou depósito para a concessão da tutela antecipada	113
2.7. Oferecimento de bens em caução e suspensão da exigibilidade	116
2.8. Possibilidade de Concessão de Tutela Antecipada antes da Contestação	118
2.9. Comentários ao art. 170-A do Código Tributário Nacional	119
3. Ações Exacionais	119
3.1. Execução Fiscal	120
3.1.1. Evolução Histórica da Cobrança Judicial do Crédito.....	120
3.1.2. A Execução Fiscal e a Lei 11.382/06	121
3.1.3. Principais Aspectos da Execução Fiscal	122
Responsabilidade Pessoal: Objetiva x Subjetiva	133
Natureza jurídica da responsabilidade do art. 135	134
Obrigatoriedade do nome do responsável constar na Certidão de Dívida Ativa.....	135
Comentários a Expressão “Infração à lei”	136
Responsabilidade do sócio que se retirou da sociedade	143

Legitimação dos Sócios para opor Embargos.....	145
Responsabilidade do Agente Público	145
3.1.4. Participação do Ministério Público na Execução Fiscal e na Ação Civil Pública em Matéria Tributária.....	183
3.1.5. Cobrança de crédito tributário na falência e recuperação judicial.....	186
3.2. Ação Cautelar Fiscal.....	197
3.2.1. Modelo de Ação Cautelar Fiscal	199
3.2.2. Modelo de Contestação em Ação Cautelar Fiscal	200
4. Ações Antiexacionais.....	201
4.1. Embargos à Execução.....	201
4.2. Objeção de Pré-Executividade ou Exceção de Pré-Executividade	246
4.2.1. Conceito	246
4.2.2. Origem e surgimento da exceção de pré-executividade.....	247
4.2.3. Conexão de Ações e Reunião dos Processos para Julgamento Simultâneo ...	249
4.2.4. Aspectos Processuais	250
4.2.5. Honorários e Sucumbência.....	251
4.2.6. Modelo de Objeção de Pré Executividade.....	258
4.2.7. Modelo de Embargos à Execução	259
4.3. Mandado de Segurança Individual	260
4.3.1. A discussão quanto ao Mandado de Segurança preventivo e contra lei em tese.....	262
4.3.2. Impossibilidade de Dilação Probatória	265
4.3.3. Objeto	265
4.3.4. Prazo	268
4.3.5. Impossibilidade do Mandado de Segurança e principais Súmulas dos STF e do STJ	269
4.3.6. Legitimação Ativa e Passiva	270
4.3.7. Natureza da liminar em mandado de segurança	277
4.3.8. Suspensão da Liminar	280
4.3.9. Mandado de Segurança e compensação de tributos.....	281
4.3.10. Análise da Súmula 239 do STF	282
4.3.11. Efeito Devolutivo e Coisa Julgada	283
4.3.12 – Tabela comparativa entre a lei antiga e a atual	284
4.3.13. Modelo de Petição Inicial de Mandado de Segurança	292
5. Mandado de Segurança Coletivo	293
6. Ação Cautelar	294
6.1. Ação Cautelar de Caução	295
7. Ação Monitória	296
8. Ação de Consignação em Pagamento	297
8.1. Fundamento legal.....	297
8.2. Cabimento.....	298
8.3. Legitimação Ativa e Passiva	301
8.4. Efeitos.....	303

8.5. Hipótese de Consignação Administrativa.....	304
8.6. Alguns julgados sobre o tema.....	305
8.7. Modelo de Ação de Consignação Em Pagamento	313
9. Ação Declaratória	314
9.1. Objeto	315
9.2. Distinção entre a Ação Declaratória Negativa e a Constitutiva Negativa	316
9.3. Execução da Sentença Declaratória	316
9.4. Efeitos da ação declaratória	317
9.5. Consequências da ação declaratória no processo administrativo	317
9.6. Julgados sobre o tema.....	318
9.7. Modelo de Ação Declaratória.....	323
10. Ação Anulatória.....	324
10.1. Objeto	324
10.2. Ação Anulatória Clássica e a Ação Anulatória do art. 169 do CTN.....	325
10.3. Legitimidade.....	325
10.4. O Depósito integral como pressuposto de admissibilidade da ação anulatória ..	326
10.5. Distinção entre a consignação e o depósito na ação anulatória	326
10.6. Possibilidade de conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal	326
10.7 Prescrição	330
10.8. Julgados sobre o tema.....	331
10.9. Modelo de Ação Anulatória	333
11. Ação de Repetição de Indébito	334
11.1. Objeto	334
11.2. Formas de Repetir o Indébito.....	337
11.2.1. Repetição de Indébito e Compensação	338
11.2.1.1. Distinção entre a compensação no Direito Civil e no Direito Tribu- tário	339
11.2.1.2. Compensação entre tributo e multa.....	342
11.2.2. A repetição de indébito e o sistema do precatório em matéria tributária ..	342
11.3. Legitimação	348
11.3.1. Ativa	348
11.3.2. Passiva.....	352
11.4. Prescrição	352
11.5. Repetição de Tributos Inconstitucionais.....	355
11.6. Valor da restituição	355
11.7. Efeitos da sentença.....	360
11.8. Requisitos para a devolução.....	361
11.9. Comentários ao art. 170-A, do Código Tributário Nacional	361
11.10. Comentários ao art. 169 do CTN	363
11.11. Julgados sobre o tema.....	364
11.12. Modelo de Ação de Repetição de Indébito.....	371
12. Ação Rescisória	372
12.1. Análise da Súmula 343 do STF	373

12.2. Do Prazo	379
13. Juizados Especiais de Fazenda Pública.....	380
Capítulo 4 - Ações Constitucionais e a Uniformização da Jurisprudência	385
4.1. Introdução.....	385
4.2. Ação Civil Pública	385
4.3. Mandado de Segurança	391
4.4. Mandado de Injunção e <i>Habeas Data</i>	391
4.5. Ação Popular.....	391
4.6. O Controle de Constitucionalidade no Brasil.....	393
4.6.1. Formas de inconstitucionalidade	393
4.6.2. Formas de Controle	393
4.6.3. Espécies.....	394
4.6.4. Natureza da decisão	401
5. O Artigo 518, § 1º, do CPC – A Súmula Impeditiva de Recurso de Apelação	401
6. Os Artigos 557 e § 1º-A do CPC	402
7. Os Artigos 543-B e 543-C do CPC	403
8. Uniformização de Jurisprudência	403
8.1. O Artigo 555, § 1º, do CPC	404
8.2. A Súmula Vinculante do STF	404
Capítulo 5 - Planejamento Fiscal	407
5.1. Introdução.....	407
5.2. Origem	408
5.3. Conceito e Objetivo do Planejamento Tributário.....	409
5.3.1. Preço de transferência	410
5.3.2. Preço Parâmetro.....	411
5.3.3. Diferença entre preço praticado pela empresa e preço parâmetro.....	411
5.4. A Prevenção no Planejamento Tributário	412
5.5. Modalidades	412
5.5.1. Planejamento Administrativo.....	412
5.5.2. Planejamento Judicial.....	413
5.6. Planejamento e Ato Ilícito	413
5.6.1. Sonegação e Fraude	414
5.6.2. Elisão Fiscal.....	415
5.6.3. Evasão Fiscal.....	416
5.6.4. Elusão Fiscal.....	416
5.6.5. Abuso de Forma x Simulação x Abuso do Direito	417
5.6.6. Norma Antielisiva	418
5.6.6.1. Análise do parágrafo único do art. 116 do CTN	420
5.7. Sanções, Infrações e Penalidades Tributárias	421
5.7.1. Sanções penais.....	423
5.7.2. Sanções Administrativas.....	423
5.7.3. Sanções Políticas.....	425

5.7.4. Sanções Cíveis	426
5.8. Responsabilidade Tributária por Infração	426
5.8.1. Análise do Art. 136, do CTN.....	426
5.8.2. Análise do Art. 137, do CTN.....	428
5.9. Julgados sobre o capítulo.....	431
Capítulo 6 - Prescrição e Decadência.....	435
6.1. Breves Considerações.....	435
6.2. Decadência	437
6.2.1. Regra Geral: Art. 173, I, do CTN	437
6.2.2. Art. 173, inciso II, do CTN	438
6.2.3. Art. 173, parágrafo único, do CTN	439
6.2.4. Art. 150, § 4º, do CTN.....	440
6.2.4.1. Não ocorrendo pagamento.....	441
6.2.4.2. Ocorrendo pagamento antecipado.....	441
6.2.4.3. Quando houver dolo, fraude e simulação	442
6.3. Prescrição	443
6.3.1. Suspensão e Interrupção da Prescrição	445
6.3.2. A Prescrição Intercorrente no Direito Tributário.....	446
Referências Bibliográficas	449